

Em 1989, mais CZ\$ 700 bilhões

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

15 SET 1988



João Batista de Abreu

O esforço adicional que o governo federal pretende fazer para aumentar a arrecadação fiscal em 1989 vai beneficiar ainda mais os estados e municípios, acima mesmo do montante de recursos que está com sua transferência assegurada dentro da estrutura do Orçamento da União montado para o ano que vem.

Nos cálculos do ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), João Batista Abreu, o aumento de arrecadação, por meio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda, deve elevar em CZ\$ 1,5 trilhão a carga tributária bruta — representando 1,25% do Produto Interno Bruto (PIB) — e dessa arrecadação cerca de CZ\$ 700 bilhões serão repassados para estados e municípios, de acordo com os critérios de partilha consagrados na nova Constituição e pelos quais para cada CZ\$ 1,00 arrecadado, a União transfere CZ\$ 0,47 para os governos estaduais e municipais.

Os estados e municípios já estão contemplados com um aumento de transferência da ordem de CZ\$ 583 bilhões no esboço da proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo ao Legislativo, como resultado da adaptação do Orçamento da União ao novo sistema de distribuição de dinheiro entre as unidades da Federação. Mas vão receber mais dinheiro da União, por meio do Fundo de Participação, tão logo as novas medidas fiscais de aumen-

to da Receita do Tesouro Nacional sejam colocadas em prática, a partir de janeiro próximo.

Com isso, conforme Abreu, o governo federal tende a exercer um controle ainda mais rigoroso sobre o nível de endividamento dos estados e municípios, já que não se justificaria demandas extraordinárias pela contratação de novas operações de crédito. Ele prevê que a ampliação do bolo de recursos a ser distribuído pelo Fundo de Participação vai premiar, na verdade, os estados mais pobres.

“OPERAÇÃO DESMONTE”

Estas colocações foram feitas ontem, pela manhã, no depoimento que o ministro prestou aos deputados da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, procurando tranquilizar principalmente os representantes do Nordeste. No global, portanto, estados e municípios acabarão recebendo no ano

que vem um montante adicional de recursos que chega a cerca de CZ\$ 1,2 trilhão se comparado com o que receberiam caso a reforma tributária não tivesse sido aprovada durante os trabalhos da Constituinte. O ministro discorreu, no seu depoimento, sobre a chamada “Operação Desmonte” — que procurou adequar as despesas e responsabilidades da União à nova sistemática de partilha de recursos — e foi indagado sobre algumas “discrepâncias” pelos deputados presentes. A deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP) queria saber, por exemplo, por que as despesas com o Senado Federal — cujo corpo de parlamentares soma 72 senadores — são superiores ao total de gastos previstos no Orçamento da União com a Câmara de Deputados — em que o corpo de parlamentares é de 487 deputados. Abreu não entrou em detalhes, limitando-se a dizer que “historicamente, o Senado sempre abocanhou mais”.

Além de Tutu Quadros, o deputado José Yunes (PMDB-SP) ficou intrigado com a relação de despesas entre a área do Ministério da Saúde (para a qual o Orçamento de 1989 está aloando CZ\$ 236 bilhões, representando 7% da parcela que cabe ao Poder Executivo) e os gastos com a Presidência da República (para a qual a proposta do orçamento prevê alocação de CZ\$ 378 bilhões, equivalendo a 11% do total destinado ao Poder Executivo), “num país subdesenvolvido, onde as pessoas morrem de subnutrição e onde convivemos com surtos de doenças endêmicas”.

Abreu, diante da colocação, recomendou aos parlamentares que procurem corrigir eventuais distorções existentes na proposta orçamentária com emendas modificativas, lembrando que este agora é o papel do Congresso Nacional e que, de acordo com a nova Constituição, só não poderão ser alteradas as alocações de recursos programadas para cobrir despesas com pessoal e para encargos da dívida. “Tudo o mais pode ser alterado pelo Congresso Nacional.”

DEMISSOES

Diante da dúvida apresentada pelo deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), com respeito à perspectiva de demissões de funcionários públicos, o ministro-chefe da Seplan respondeu que o limite de 65% do total da receita que foi definido pela Constituinte para a cobertura de despesas com pessoal é um parâmetro a ser seguido, mas acredita que a recuperação da receita tributária para o ano que vem será suficiente para a administração dos gastos com pessoal sem que haja “achatamento de salários e demissão de pessoal”. Neste ponto, o ministro voltou a repetir que o governo federal poderá ainda neste ano conceder aos funcionários públicos o pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP) de maio,

que está por enquanto suspensa.

No entanto, os cortes efetuados pela União nas suas despesas junto ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) foi o assunto que mais despertou o interesse dos parlamentares, em especial do Norte e Nordeste. Abreu aproveitou para esclarecer que em nenhum momento a “Operação Desmonte” procurou eliminar as responsabilidades da União no que se refere a gastos com conservação e restauração de estradas. “Foram cortadas as despesas para projetos de novas estradas”, disse ele, informando que, do total de cortes de CZ\$ 71 bilhões para o DNER, “as despesas com conservação e restauração não representam mais do que 7%.